

MEADELA: AS ARQUITECTURAS DA ÁGUA E DA LAVOURA NUMA ALDEIA DA RIBEIRA LIMA

Fabíola Franco Pires (fabiolafrancopires@gmail.com)

1. Introdução:

Este estudo, iniciado no âmbito da Especialização em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre 2012 e 2013, é hoje parte da minha proposta para o doutoramento em História, na mesma faculdade, iniciado este ano, que pretende abordar o tema do cadastro agrícola e florestal, associando-lhe os recursos aquíferos. O seu objectivo é, para além de proceder a um inventário rigoroso das estruturas associadas à água e à lavoura dentro desta freguesia, perceber em que medida a presença da água nas suas variadas valências, bem como a posse e tipologia das propriedades agrícolas ajudaram a definir e estruturar este território na longa duração.

Sendo um território eminentemente agrícola, ainda que num processo já avançado de absorção urbana, a preocupação incidirá aqui, não só em termos de regadio, como no auxílio de diversas outras atividades complementares da agricultura, e igualmente do uso doméstico ou de recreio, da água (no que concerne, por exemplo, a lavadouros e fontes). Não pretendo apenas caracterizar uma freguesia específica, mas antes obter um modelo para a região da ribeira Lima. No caso dos aparelhos de elevar e encaminhar a água de rega, tentarei estabelecer uma comparação entre as opções utilizadas no vale e na encosta do monte, por apresentarem características consideravelmente diversas.

2. Caracterização da área em estudo:

A freguesia de Santa Cristina da Meadela situa-se na margem direita do rio Lima, tendo como confrontações: a poente a freguesia de Santa Maria Maior (Viana do Castelo); a noroeste, na cumeada do monte de Santa Luzia, a freguesia de Areosa; a norte a de Perre; a nascente a de Santa Marta de Portuzelo, e a sul o rio Lima, confrontando com a freguesia de Darque. Essencialmente plana e muito fértil, conta com alguns lugares de encosta e mata, a noroeste, integrados na serra de Perre, ou monte da Meadela, como o designam os locais. Viveu quase até finais do século XX essencialmente dependente da agricultura, especialmente no seu terço oriental, onde a paisagem é marcada pelas extensas veigas de cultivo cruzadas, de quando em quando, com soutos murados de pinheiros e carvalhos. É terra de muita água, onde se destacam, para além da forte presente do rio Lima, a sul, dois afluentes essenciais: o ribeiro

de S. Vicente, a poente, e o de Portuzelo, a oriente, este último com um caudal considerável todo o ano.

Existe uma considerável diversidade territorial da parte oriental da freguesia para a ocidental, provavelmente resultado da sua tripartição em 3 villae¹ na época medieval, sendo a fatia oriental correspondente a um couto monástico, tornado morgadio a partir de finais do século XV, com "cabeça" na casa de Paredes, única propriedade de carácter nobre que domina esse território bem delimitado, em contraposição à restante parcela a ocidente, onde se conjugam variadas quintas nobres misturadas com pequenos lugares de lavradores.

Descendentes provavelmente das da Idade Média, o território está marcado, na fatia oriental, por determinadas unidades elementares de povoamento para além da principal, em termos administrativos, de que acima falamos. Cada uma destas unidades era constituída não só por um pequeno núcleo de habitação, anexos agrícolas, cortes e horta - o lugar - mas também por outras unidades separadas desta, como é o caso das leiras para produção, neste caso, de milho e vinha, e as bouças de mato. A maior parte das leiras situava-se nas veigas, existentes aqui, hoje em dia, a sul e oriente da freguesia. Cada uma destas casas de lavoura teria algumas leiras e algumas bouças, na maior parte das vezes dispersas, resultado, normalmente, do fracionamento da propriedade quando os herdeiros eram em maior número que a propriedade disponível. Em alguns casos, e nomeadamente no lugar de Portuzelo, onde o povoamento se apropria intimamente do ribeiro, estes lugares contam, no seu seio, com moinhos ou azenhas particulares, servindo estes, muitas vezes, como alicerces da própria casa de habitação, que se instala no piso sobradado, constituindo verdadeiros agregados de casas-moinho. São ainda de referir os inúmeros topónimos existentes nesta freguesia relacionados com a água, tais como: moinho, fonte (quente, verde e grossa)², salinas, pioca³, carregais⁴, agueiro⁵, fontainhas⁶, lagoa, poço, (sítio da) presa, etc., e até mesmo o próprio topónimo da freguesia - Meadela⁷ - que tão bem atestam a sua intensiva presença e utilização.

¹ Nas Inquirições de 1258 há apenas referência a duas villae: Paredes e Amedela. No entanto, no mesmo ano, no documento de coutamento municipal de Viana, há a referência: "ad terminum per quem dividit villa Meyadela cum Meyaldi", sendo que Meyadela corresponderá a Amedela, nome da villa e paróquia. HERCULANO, 1891 : 691 cit. por FERNANDES, 1994 : 63.

² FERNANDES, 1994 : 25 e 26.

³ Dando este origem à alcunha de uma família cuja casa se situava no lugar homónimo. Nesse lugar existe, ainda hoje, uma pioca, não se sabendo o que nasceu primeiro: se a alcunha, se o lugar, se a pioca, datada de 1879.

⁴ No lugar da antiga igreja, junto às salinas, derivado de uma planta que exigia muita água. Do latim *caricale*, podendo essas plantas ser espadanas ou juncos. FERNANDES, 1994 : 16.

⁵ FERNANDES, 1994 : 25.

⁶ FERNANDES, 1994: 25.

⁷ A forma mais antiga aparece no século XIII, Amedela, nas Inquirições de D. Afonso III (1258): "in parrochia Sancte Christine de Amedela". A palavra originária que produziu o topónimo foi o nome comum *ameeda*, do latim *amoeneta*, ao qual se aplicou o sufixo *-ella*, isto é, um local onde existia uma *ameedella* e que até o sufixo



1 e 2. "Piocas" nos lugares da Cova e Abelheira (Santa Maria Maior - Viana). Fotos da autora, 2013

3. Os moinhos, azenhas e casas-moinho:

Na Meadela, a primeira referência a moinhos aparece no século XII, na carta de Couto à *Villa Paredes*, datada de 1136, em beneficência do mosteiro de S. Justo de Toxos Outos "(...) para que de hoje em diante possuiais a referida villa, com seus prados, pastos, montes, fontes, rios, moinhos, árvores, vinhas e hortos."⁸ - pelo que já aqui deveriam existir antes dessa data. No século XIII, encontramos: o moinho de Gosendo⁹, que chega até nós através das Inquirições de 1258. Já na Idade Moderna, e pelo Tombo Velho da freguesia, de 1540, surge o moinho do Gaiteiro, e o da Ponte¹⁰.

No ano de 1743, em consequência do tombamento e determinação dos limites da freguesia levada a cabo pelo abade João de Barros Lima, encontramos referência a dois moinhos distintos: o de Seitas, e, de novo, o da Ponte localizados, respetivamente, no lugar de Fornelos e Portuzelo. Do moinho de Seitas, através deste documento, apenas conhecemos a sua localização relativa, no ribeiro do mesmo nome (também conhecido por de Fornelos ou de S. Vicente), e no "caminho publico que vai do burguete da Avilheira para o muinho de Ceitas desta freguezia da Meiadella"¹¹ - mas do moinho da Ponte contamos com mais informação. Para além de nos definir o seu local e a razão da sua denominação, chamando-se "o da ponte de Portuzelo por ficar logo abaixo dela e ser o primeiro para a parte do Sul que moe com a

mostra ser de pequena extensão e onde abundava, no tempo em que se lhe pôs o nome, a planta que no latim se dizia amoena, ou seja, Amieiro. FERNANDES, 1994: 15 e 16.

⁸ JAVIER & PEREZ, 2004: 85.

⁹ HERCULANO, 1891: 334.

¹⁰ FERNANDES, 1994: 177 e 178.

¹¹ FERNANDES, 1994: 84.

mesma água que vem da dita ponte (...)”¹² - informa-nos de uma série de características físicas e de propriedade que este abarca: é de casa térrea e telhado (tal como hoje); tem uma só mó mas lugar para outra; é de vários herdeiros; a igreja tem aqui uma rolda, de quinze em quinze dias, onde manda moer os seus criados, um dia e uma noite já desde o século XVI, que principia na quinta-feira de manhã, véspera de feira na Vila de Viana, e ainda na sexta-feira de manhã; e que o abade traz a rolda arrendada a Manuel Parente, da Meadela (já estando arrendada no século XVI), por dois alqueires de milho e dois de centeio, por dia de S. Miguel. Através das suas confrontações, é-nos ainda dada a informação da existência de um outro moinho [“(...)e confronta o dito moinho do sul com matos e penedos, e do norte com o rio, e do poente com a levada do moinho de André Alves de Carvalho da dita vila, o Faneca de Alcinha, e pelo nascente lhe fica a dita ponte de Portuzelo(...)”]¹³ que, pela sua localização, parece corresponder ao actual do Vila Chão (ou do Gigante). É também em 1775 que há notícia, em Portuzelo, de um outro moinho com funções muito diversas das tradicionais: moía vidro para a fábrica da louça de Darque.

Em 1809, constrói-se o primeiro moinho de maré existente nesta região - as azenhas de D. Prior - assim denominadas por ser o seu proprietário o Abade de Lobrigos e Dom Prior da colegiada de Barcelos, António Pereira Pinto Araújo, que pediu autorização à Câmara de Viana, já em 1803, para fazer todo seu o terreno pantanoso, por não ser útil a nenhum indivíduo, a fim de o drenar e tornar cultivável, não tendo sido o seu primeiro desígnio possível. Na carta cadastral da cidade de Viana do Castelo, em 1868, é ainda possível ver que este moinho funcionava com 4 mós. Nos finais do século XIX foi adquirido por um industrial francês, Jules Deveze, que introduziu enormes melhoramentos, substituindo todo o maquinismo que seria de madeira, por um sistema de rodas dentadas e desmultiplicação do movimento, a que terá anexado uma serração de madeira.

Os moinhos estão muitas vezes associados à criação de serrações de madeira, quer industriais, como esta, quer "caseiras", multiplicando assim a utilidade da força motriz provida pela água dos rios ou das marés. Para além deste caso, no lugar da Argaçosa temos, em Portuzelo, mais três exemplos: um de características semelhantes a este, de carácter mais industrial, e outros dois mais domésticos. Do primeiro deles surge notícia em 1892, através de um pedido de licença à Secção Hidráulica de Viana do Castelo, onde é requerido fazer um canal para descarga e calha de roda motriz, com vista a estabelecer uma fábrica para moagens

¹² FERNANDES, 1994: 338.

¹³ FERNANDES, 1994: 338.

e serragens pertencente à empresa José Martins de Matos & Companhia¹⁴ - sendo este seguido, logo em 1905, de um pedido de licença para construir um muro-cais de desembarque e transporte de madeiras para essa mesma fábrica¹⁵. Os outros dois casos aparecem-nos, o primeiro, num documento de 1899, através de uma transgressão feita pelos proprietários do "moinho das Magras" ao reconstruir um açude ilegalmente, sendo acusados por dois outros proprietários de moinhos: Joaquim Fernandes D'Amorim, do "Vila Chão", já aqui referido, e João Soares Rodrigues, proprietário de "(...) moinhos, azenhas e engenho de serra do João Lopes, situados no rio de Portuzelo (...)"¹⁶, engenho esse ainda hoje na memória dos mais velhos do lugar, e cuja casa onde ficava o moinho ainda hoje existe com o nome "moinho do Lages", assim como o outro caso, que só através dessa fonte há memória, restando o registo do moinho, em 1940, mas não da serração, que pertencia e estava dentro dos terrenos de José Gonçalves Borlido Navega também no ribeiro de Portuzelo.

Dos outros que inventariei e dos quais fui recolhendo alguma informação, a maioria só tem a primeira referência nos apontamentos dos guarda-rios de 1940¹⁷ - para a freguesia da Meadela, sendo que a memória popular e o facto de vários nomes mais antigos estarem registados (note-se que o proprietário nem sempre coincide com que recebe o requerimento do guarda-rios), garante uma maior antiguidade (pelo menos inícios de século XX).

O seu declínio deu-se em meados do século XX tendo sido, antes disso, alguns deles, substituídos por moinhos, primeiramente a gás e depois a energia elétrica. O que laborou até mais tarde, quase até aos anos 90, foi precisamente um dos aparentemente mais antigos, o da Ponte, sendo ainda hoje aquele em que o mecanismo se encontra intacto e pronto a utilizar, tendo sido adquirido e restaurado pela junta de freguesia nessa época, quando deixou de ser utilizado.

Para além dos referidos acima, existem ainda hoje uma série deles, todos desativados, e outros desaparecidos ou em ruínas, mas de que ainda há memória. Entre as suas funções contam-se as de moer milho, centeio, cevada, serrar madeira¹⁸ e moer vidro, como já foi referido. Não se sabe como seria a sua gestão em tempos mais recuados, mas há cerca de pelo menos um século, todos eles eram particulares; a maioria, no início e meados do século XX, não tinha moleiro, à exceção do Dantas, e os lavradores do lugar que não eram proprietários nem tinham rolda em nenhum moinho, dirigiam-se a estes para moer o milho e o centeio,

¹⁴ ADVC, 1892 : nº 504.

¹⁵ ADVC, 1892 : nº 504.

¹⁶ ADVC, 1899 : 1819.

¹⁷ ARHN, 1940.

¹⁸ ANTT, 1758 : 100.

pagando em medidas de milho (rasas, que o poderiam ser realmente, ou "pelas almas", isto é, com cogulo). Como era regra por todo o país, também aqui os moinhos de rodízio eram em número muito superior às azenhas, sendo as que existiam sempre de propulsão inferior, alimentadas por açudes, bem como alguns dos de rodízio, sendo outros alimentados por levadas de água em pedra embutida no solo.

No século XVIII, através do "Epílogo de usos e costumes da igreja de Santa Cristina da Meadela", percebemos ainda que teriam existido lagares de azeite em moinhos, e que os moleiros dos moinhos de grão teriam sido muito mais numerosos. Estes artefactos já aqui não existem há bastante tempo, nem mesmo onde toca a memória dos locais, provavelmente por não ser aqui a azeitona produto muito abundante, como já refere o Abade João de Barros nas memórias paroquiais.

É igualmente curioso perceber que a denominação dada aos moinhos nesta freguesia deriva sempre de dois fatores: ou a localização, ou a alcunha do proprietário ou família. Os moinhos cujos nomes são de locais, como Seitas, da Ponte, da Poupeira, de S. João, etc., mantiveram quase sempre a sua designação, ao passo que os que adotaram alcunhas, vão variando no tempo conforme os proprietários, sendo que ainda hoje a memória dessas alcunhas está muito viva entre a população e é um importante meio de identificação dos mesmos.

4. Os engenhos de captação e distribuição de água:

A Meadela é caracterizada, como já referi, por uma zona ribeirinha, extremamente plana, de veigas, a oriente e sul, em contraposição a outra com um relevo mais acidentado, proporcionado pela serra de Perre, a norte e poente. Como é natural, devido ao relevo, ela tende a dividir-se em termos de captação de água para irrigação do solo, em duas zonas muito distintas. Os campos mais próximos da serra, beneficiando dessa localização, são normalmente irrigados através de minas e nascentes localizadas na encosta, tendo os lavradores construído aquedutos de pedra que, por gravidade, a encaminhavam para os campos, ou para presas e tanques onde depois era distribuída por vários consortes. Encontramos ainda hoje diversos testemunhos dessa prática de encaminhamento, acumulação, e serventia da população em toda a metade ocidental da freguesia, não apenas para favorecer a irrigação dos campos de cultivo, mas também tendo como destino final lavadouros e fontes.

A de maior dimensão é a "fonte e lavadouro de Fornelos", no lugar homónimo. Temos dela notícia, pela primeira vez, no Tombo Novo da Igreja, em 1743¹⁹. Este documento refere que ele é "o lavadouro de roupa da Igreja (...) e que ainda que no dito lavadouro estivesse a lavar alguma pessoa, em chegando criados do Reverendo Abade desta Igreja, para lavarem naquela fonte, logo a dita pessoa lhe largava o dito lavadouro; e sempre assim foi uso e costume (...)"²⁰. A fonte nasce no preciso lugar do lavadouro, onde a água das lavagens segue daqui, através de um buraco no muro, para os campos anexos, regando-os, e desaguando depois no ribeiro de S. Vicente, alimentando pelo caminho o moinho de Seitas, de que já falámos. Mais à frente, no curso deste ribeiro, o lavadouro dele homónimo desaparece em meados do século XX.



3 e 4. Lavadouro e presas no sítio da Presa. Fotos da autora, 2013.

Outro lavadouro popular onde a água era aproveitada para rega é o que se encontra no sítio da Presa, alguns metros a nordeste daqui. Constituída por um lavadouro e duas presas de água funcionava segundo um sistema de divisão por consortes. É ainda visível o aqueduto de pedra que bifurca, num primeiro troço, para uma presa destinada a reservatório de água para consumo doméstico, e num segundo para o lavadouro propriamente dito, que fica dentro da outra presa, aproveitando-se as águas resultantes da lavagem das roupas, para rega dos campos. Pela rua acima, e em torno deste lugar, vêem-se ainda diversos vestígios de aquedutos que daqui partiam para regar as quintas mais próximas, quer ao nível do solo, quer embutidos nos muros de pedra. Estes aquedutos eram alimentados, na maior parte dos casos, por minas escavadas na rocha ou na terra, dentro de propriedades agrícolas ou florestais privadas, como é o caso, por exemplo, da Quinta Nova, que continha em si duas minas: a

¹⁹ Se não já em 1258, aquando das Inquirições: "et de Fonte de Fornelo usque casa de Johanne Lobo quanto y jaz.". FERNANDES, 1994: 338.

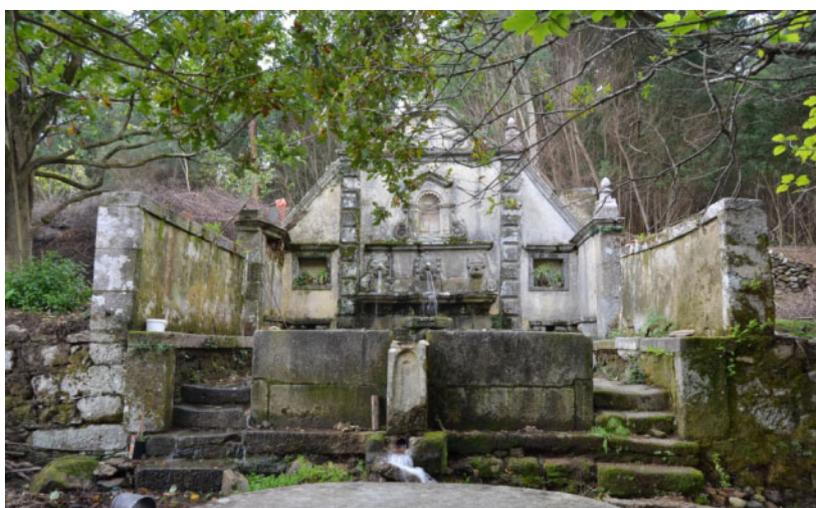
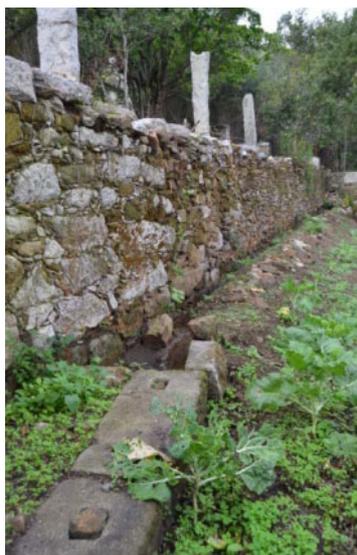
²⁰ FERNANDES, 1994: 341.

mais elaborada, escavada no xisto da montanha e já existente no século XVIII, que servia a quinta dos Abreu Lima; e a mina do Gigante, térrea e hoje infelizmente abatida, que servia a quinta da Presa, mais próxima do local.



5 e 6. Aqueduto em granito e xisto e fonte com tanque na quinta dos Abreu Lima. Foto da autora, 2013.

No caso da quinta dos Abreu Lima, todo este esforço de transporte da água traduziu-se num aparato pétreo digno de nota, sendo garantida, na maior parte do caminho, por aquedutos de granito hoje parcialmente destruídos pela abertura de uma via rápida. Ao transpor o muro da quinta, os canais de granito por onde passa a água são substituídos por outros em xisto, mais delgados, sendo o destino final uma bifurcação onde parte da água irá regar os campos dentro da propriedade, e a outra abastecerá a fonte (datada de 1802), que serve funções não só decorativas e de aparato, como garante o consumo doméstico para higiene e cozinhar, e também funciona como lavadouro. É ainda curioso perceber que à saída da mina que servia esta quinta, existia, como na maior parte dos casos, a chamada "caixa", constituída por blocos de pedra, onde existiam duas aberturas milimetricamente colocadas. Neste caso, as aberturas eram tapadas e apenas abertas quando fosse necessário regar. A abertura mais acima na caixa servia a quinta Nova, para onde iam 3 penas de água, e o buraco mais abaixo encaminhava as 7 penas para a quinta dos Abreu Lima. Este elemento eram muito comum encontrar, também na veiga, quando se dividiam, em determinado ponto, as águas por porções, ou penas.



7 a 13. Sistemas de captação e transporte de água na quinta de S. Francisco de Baixo (fontes, tanques, aquedutos, levada que abastece a cozinha, mina). Fotos da autora, 2013.

Na quinta de S. Francisco de Baixo, o sistema de abastecimento funciona de forma muito semelhante, existindo aqui uma série de tanques de diferentes tamanhos, funções, e aparato que garantiam a recolha da água, estruturando-se a partir deles todo um sistema de canalização em aquedutos de pedra que serviam a cozinha e os campos de cultivo. A mina encontra-se dentro da própria propriedade murada, sendo a água transportada sempre pelo solo através de um aqueduto, quer escavado na rocha da vertente, quer em pequenas parcelas de granito ou xisto.

Nas zonas mais baixas, nomeadamente na veiga de Paredes e na Insuela, no lugar de Portuzelo, e nos campos do lugar dos Matos e da Argaçosa, onde este sistema não era viável, o processo de rega assumia formas e processos completamente distintos. A captação aqui era feita, ou diretamente a partir do ribeiro de Portuzelo, ou em parceria com as levadas dos moinhos, ou até mesmo, através de engenhos especificamente construídos para esse efeito, que captavam a água a partir de poços: os "estanca-rios". Embora noutros locais, aparelhos semelhantes apareçam com outras designações, entre elas a mais popular - "nora" - nesta região, a população local designa-os sempre desta forma.



14 a 17. Estanca-rios: estrutura em granito, na Argaçosa. Estanca-rios dentro de torre, nos Matos; Mecanismo em ferro, em Portuzelo; e aqueduto, na Linha do Vale do Lima. Fotos da autora, 2013.

Este sistema, muito diferente do seu vizinho junto ao monte da Meadela, era caracterizado pelo domínio exclusivo da propriedade privada. Os estanca-rios encontravam-se sempre dentro dos campos murados e pertenciam apenas ao proprietário do mesmo. Eram todos movidos com o auxílio de uma junta de bois. Normalmente de grande dimensão, podiam apresentar-se sob duas formas: a primeira consistia num poço de pedra, com altura variável (dependendo esta da pendente e da extensão a regar), por onde se acedia através de uma rampa ao mecanismo (em tempos mais recuados de madeira e, a partir, sensivelmente, dos anos 40 do século XX, em ferro forjado ou fundido). Este mecanismo, constituído por duas rodas, uma vertical e outra horizontal, era acionado através de um tronco de madeira puxado pela junta de bois, que fazia com que os copos de madeira ou folha metálica agarrados à roda vertical mergulhassem no poço e despejassem a água num tabuleiro que, por sua vez, a derramava no aqueduto de pedra. Este espaço era sempre sombreado através de uma armação em ferro que suportava a vinha.

Outra das tipologias de estanca-rios presente nesta região era muito semelhante à que acabei de descrever, com a diferença que o seu aspecto se assemelhava a uma casa com dois pisos onde se acedia por rampa ou escada. Na verdade, dificilmente perceberíamos que ali está albergado um estanca-rios sem perguntar, se destas construções não saísse o braço pétreo de um aqueduto. Além destes, encontrei um exemplo muito curioso, no lugar dos Matos, que embora integrado nesta tipologia tem duas diferenças: o poço não se encontra em cima da nascente de onde a água brota, mas sim afastado, formando um lago que depois se encaminha para uma abertura situada a uma cota mais baixa que o solo, entrando dentro do estanca-rios; e tomando a casa que o protege a forma de uma torre hexagonal com cerca de 8 a 9 metros de altura, sem nenhuma abertura à exceção da porta. Não se sabe se teriam existido mais exemplares semelhantes, nem a razão de tão extravagante construção. O terceiro tipo é mais simples, e encontra-se exclusivamente na veiga de Paredes, na zona da ponte do Arco. O poço de pedra desaparece, e o estanca-rios é constituído apenas pelo engenho suportado por uma pedra onde é embutido, sendo que o local de onde se extrai a água apenas uma poça aberta na terra. Aqui era utilizado apenas um animal.

Dos estanca-rios, a água era distribuída por via de aquedutos elevados de pedra, que iam gradualmente descendo em direção ao solo, transformando-se, em alguns casos, em simples valos de terra, atingido muitas vezes a profundidade de 2m. Quando o aqueduto passava num campo, e para que se fizesse a respetiva rega, este apresentava uma abertura de lado, sempre tapada com uma peça de madeira, que se levantava, deixando correr a água para

a terra. Com os valos térreos, funcionava de forma semelhante, tapando-se, no local que se queria, com terrões, para que a água se desviasse do rego e entrasse no campo.

Como não era possível todos os campos serem servidos por nascentes ou poços, nem todos os lavradores possuíam um estanca-rios (ou fácil acesso à água a partir da levada de um moinho) para regar. Por isso estes engenhos eram, na maior parte das vezes, alugados. Dependia então da vontade do possuidor do aparelho a forma como se fazia a sua utilização, pois ele determinava os dias que cada lavrador tinha direito, consoante o número de campos que tinha de regar, e era ressarcido pelo empréstimo do mesmo, normalmente em rasas de milho, como no caso dos moinhos, sendo que uma rasa nesta região equivaleria a cerca de 13kg.

Estes artefactos de rega foram sendo gradualmente abandonados a partir de meados do século XX, e substituídos pelos motores de água que, em alguns casos, passaram a aproveitar-se dos poços já abertos para eles. Como refere Jorge Dias, já em 1953, em Portugal, "os lavradores apontam para as causas deste desaparecimento: para a mesma quantidade de água, o esforço do gado é maior, a conservação é cara e são muito frequentes as reparações."²¹. De uma forma geral, nesta época, ainda se podia assistir à substituição das rodas do engenho de madeira para ferro, já que "as emendas da bomba, secas durante grande parte do ano, não vão além de 6 anos. Só a bomba de baixo, como está mergulhada, resiste de 30 a 40 anos."²². Nesta região, o processo já se encontrava mais adiantado, como é visível nas licenças da Secção Hidráulica de Viana do Castelo, que registam pedidos para utilização de motores para extração de água já em finais dos anos 40.



18 a 20. Sistema de encaminhamento da água (para o moinho e rega) dentro de um lugar de lavrador; "caixa" de distribuição e lavadouro. Fotos da autora, 2013.

²¹ DIAS, 1953: 111.

²² DIAS, 1953: 111.

A necessidade de irrigação das culturas estendia-se também aos próprios lugares dos lavradores, os quais continham, quase sempre, horta e um pequeno pomar, e mesmo a algumas quintas nobres, que dentro de muros albergavam vários campos de cultivo. Assim, e como exemplo bem preservado de como se procedia à rega de um lugar de casal, temos, a "casa do Lages", no lugar de Portuzelo, e que no século XIX era uma azenha de roda vertical, passando no século XX a funcionar como moinho de rodízio com 3 mós, moendo o milho que era depois vendido aos lavradores, na venda que partilhava com o moinho, a parte baixa da casa. É ainda hoje alimentado por uma levada que canaliza a água do ribeiro de Portuzelo para uma abertura que passa por baixo dela e ia movimentar as pás do rodízio (atualmente inexistentes). Ao mesmo tempo é encaminhada, primeiro por baixo da casa, saindo depois por um aqueduto de pedra que circula na horta e se encaminha para um poço; para ele vai também água que é captada noutra junto ao muro da casa (por estar a uma cota mais baixa que o rio), e daqui vai alimentar um lavadouro de pedra e, antigamente, um moinho de rodízio hoje desaparecido. Daqui, a água, por o terreno estar a uma cota mais alta que o rio, é devolvida a este, finalizando o ciclo.

5. Reflexão:

Através desta explanação, podemos ter a noção da quantidade considerável e das características específicas de património vernáculo associado à água e à lavoura que temos presente apenas nesta fatia de território, em alguns casos já de uma antiguidade considerável. Um pouco por todo o território, e em especial nas freguesias próximas dos aglomerados urbanos, a organização baseada nestes elementos constituintes do casal, bem como as características das construções que lhes estão associadas, desaparecem ou são grotescamente transformadas constante e massivamente. Sendo este património maioritariamente privado, a solução passa, a meu ver, pelo esclarecimento e pela sensibilização da população local, bem como dos técnicos que aí irão intervir, assim como pela revisão do PDM no que concerne às áreas periféricas de construção, onde em aglomerados rurais ainda muito característicos persiste a obrigatoriedade, em alguns casos sem qualquer sentido, do alargamento exagerado de caminhos, construção de passeios, eliminação de algumas estruturas arcaicas de irrigação, e utilização de materiais e linguagens estranhos à realidade local. A adaptação das estruturas de moagem a novas funções, quando estas se integram em habitações, foram aqui, regra geral, pacíficas, apesar do desaparecimento dos engenhos e alteração da estrutura de madeira para lajes de betão, não tendo, no entanto, perdido a sua linguagem exterior, que as integra na paisagem, salvo algumas opções infelizes ao retirar integralmente o revestimento tradicional a

cal. No caso dos moinhos de vários proprietários, apenas o da ponte sobrevive, adquirido pela junta de freguesia, e mantendo ainda o seu mecanismo original pronto a funcionar, faltando apenas, a meu ver, um programa de utilização didática do mesmo. Os outros encontram-se em ruínas, pelo que urge achar novas funções diferentes das já adoptadas, que os tornem de alguma utilidade à vida da comunidade. Os estanca-rios e estruturas a eles associadas, gradualmente substituídos pelos motores, estão todos, sem excepção, desactivados. Não faz sentido actualmente, até pela razão entre o dispêndio de força humana e o tempo necessário para efectuar a rega, e porque a maioria dos sistemas se encontra destruída por via da passagem de estradas e caminhos que foi necessário entretanto romper, reactivar estes mecanismos para servir a sua função primordial. Apenas dois deles têm agora uma função específica: uma ruína que funciona como peça de museu ao ar livre; e outro transformado em zona de lazer e adega; todos os outros se encontram abandonados e à mercê da invasão vegetal. Seria interessante, excluída a possibilidade por parte dos donos de os transformarem para servir outra função, mas mantendo as suas características, de ser feito um esforço por parte das entidades municipais para pelo menos garantir a manutenção e limpeza destas estruturas, criando percursos de visita aos caminhos e espaços agrícolas e, em paralelo, nos terrenos que se encontram abandonados, promover a criação de bancos de terra com base nas leiras de lavradio abandonadas, que estão neste momento a tornar impraticáveis o que era uma rede coesa de caminhos de servidão agrária, transformando estes espaços em verdadeiras selvas de mato. É igualmente urgente a inventariação e criação de um mapa cadastral associado também à água, de forma a conhecer a fundo a realidade do terreno e estruturar, daí para a frente, um plano de ocupação e reestruturação, tirando o maior partido dos recursos existentes, ao contrário do que tem acontecido nos últimos 30 anos.

Bibliografia:

ARHN - Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte (1940) - *Anotações dos Guarda-rios do Cantão de Carreço e Perre.*

ADVC - Arquivo Distrital de Viana do Castelo (1886-1994) - *Arquivo da 1ª Secção da 1ª Direcção de Serviços Fluviais e Marítimos.*

ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo (1758) - *Memórias Paroquiais de 1758.*

DIAS, Jorge (1953) - *Aparelhos de elevar a água de rega: contributo para o estudo do regadio em Portugal.* Junta de Província do Douro Litoral.

FERNANDES, Almeida (1994) - *Meadela Histórica*. Viana do Castelo: Junta de freguesia da Meadela.

HERCULANO, Alexandre (1891) - *Portugaliae Monumenta Historica: o saeculo octavo post christum usque quintumdecimu*. Lisboa: Academia Scientiarum. V1, fasc. 3.

JAVIER, F. e PEREZ, R. (2004) - *Os Documentos do Tombo de Toxos Outos*. Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando & PEREIRA, B. (1983) - *Sistemas de moagem: tecnologia tradicional portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

RIBEIRO, Orlando (1987) - *O Mediterrâneo e o Atlântico - esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.